



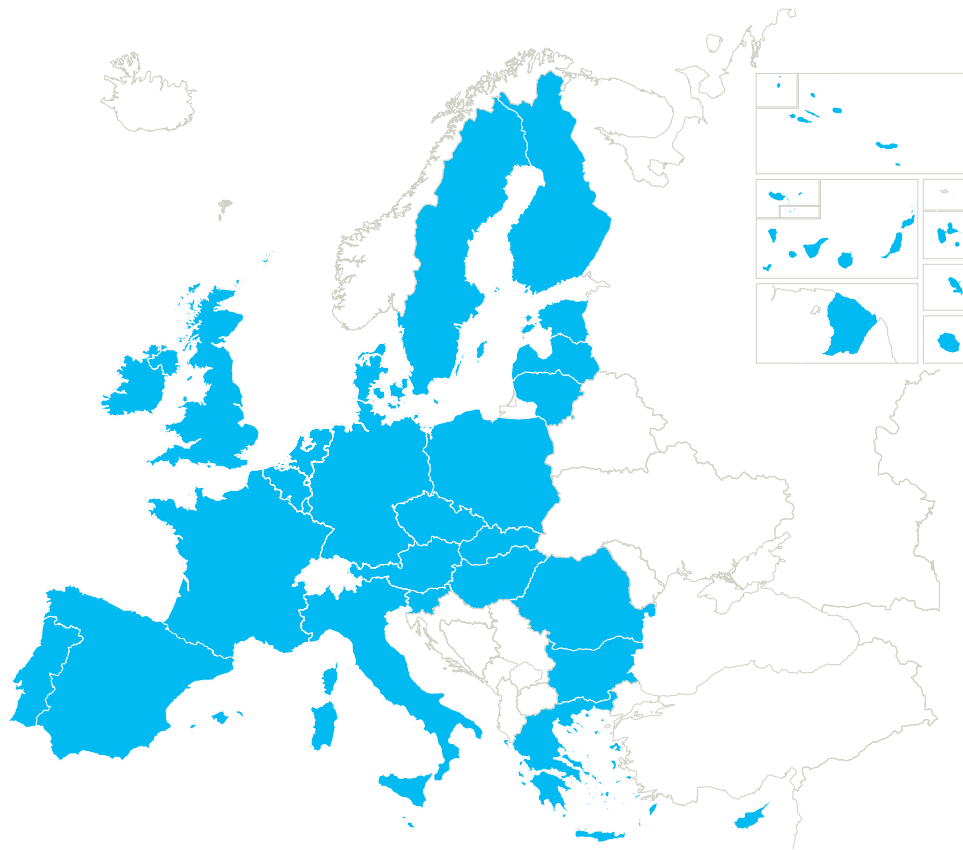
Comissão
Europeia

A sua Europa, os seus direitos

Guia prático sobre os
direitos e as oportunidades
dos cidadãos e das
empresas no mercado
único da UE

Juntos para um novo crescimento

1992-2012
20 ANOS
de mercado único



**CONHEÇA OS SEUS
DIREITOS, EXERÇA OS
SEUS DIREITOS**

Por telefone (gratuito)

00 800 67 89 10 11(*)

Por correio eletrónico ou junto
de um centro de informação
Europe Direct

<http://europedirect.europa.eu>

Informações práticas sobre os
seus direitos e oportunidades
na UE

<http://europa.eu/youreurope>

(*) Alguns operadores de
telefonía móvel não permitem
o acesso aos números iniciados
por 00 800 ou cobram estas
chamadas.

Índice

Introdução	4
1. Procurar emprego no estrangeiro	6
2. Receber o subsídio de desemprego no estrangeiro	7
3. Reconhecer as qualificações profissionais	8
4. Pagar impostos	9
5. Segurança social	10
6. Direitos de pensão	11
7. Cuidados de saúde no estrangeiro	12
8. Estudar no estrangeiro	13
9. Fazer compras na Internet	14
10. Comprar ou vender um automóvel	15
11. Direitos dos passageiros	16
12. Chamadas móveis mais baratas	17
13. Pagamentos, contração de empréstimos e investimentos	18
14. Criar e expandir uma empresa	19
15. Financiar uma empresa	20
16. Comprar e vender produtos	21
17. Prestar serviços no estrangeiro	22
18. Imposto sobre as sociedades	23
19. Direitos de propriedade intelectual	24
20. Participar em concursos públicos	25
Defender os seus direitos e obter reparação	26



Introdução

A presente brochura descreve os seus direitos e oportunidades no mercado único da UE. Está à frente de uma PME? Esta brochura pode ajudá-lo a identificar fontes de financiamento, a aceder a novos mercados e reduzir a burocracia. É estudante, trabalha ou está à procura de emprego? Esta brochura dá-lhe conselhos práticos se pretende viajar, trabalhar ou estudar noutro país da UE. Independentemente da sua situação, o mercado único da UE reserva-lhe vantagens e oportunidades.

Nos últimos vinte anos, o mercado único mudou a forma como os europeus trabalham, estudam, vendem e fazem compras em todo o continente. Há vinte anos, uma curta viagem a um país vizinho implicava uma certa preparação, que começava muito provavelmente por uma passagem pelo banco para comprar divisas. Qualquer consulta médica ou ida ao hospital no estrangeiro exigia uma papelada considerável. E mesmo a mais pequena das lembranças poderia obrigar ao pagamento de direitos aduaneiros. Imaginemos também que, em 1992, ao regressar a casa, constatava que a dita lembrança tinha um defeito... Impossível obter um reembolso! Nem sequer podia ter a certeza absoluta de que o produto que tinha comprado era seguro, pois as normas variavam de país para país na Europa.

Da mesma forma, se estivesse à frente de uma empresa em 1992, a burocracia inerente à comercialização dos seus produtos ou à prestação de serviços noutro país da UE teria sido um obstáculo importante aos seus planos de expansão no estrangeiro.

Nos últimos vinte anos, a situação evoluiu consideravelmente. Atualmente, tanto os particulares como as empresas beneficiam de vantagens concretas graças ao mercado único da UE. Têm agora acesso a mais bens e serviços, de melhor qualidade e mais baratos, usufruindo de um elevado nível de proteção dos consumidores e das empresas, igual em todos os países da UE. Além disso, é agora possível criar uma empresa, vender os seus produtos e fazer negócios num mercado de 500 milhões de pessoas.

O presente guia pretende pô-lo a par das inúmeras oportunidades que o mercado único tem para lhe oferecer e ajudá-lo a aproveitá-las ao máximo. Há domínios em que as regras comuns se estendem a países fora das fronteiras da UE (Islândia, Listenstaine, Noruega e Suíça).

As informações disponibilizadas refletem a situação em outubro de 2012. Embora muitos obstáculos tenham sido ultrapassados, o mercado único é um projeto europeu em constante evolução que lhe oferecerá ainda mais oportunidades no futuro. Para acompanhar essa evolução, utilize as ligações Internet indicadas no fim de cada página.

Existem também vários serviços da UE que o podem ajudar caso precise de aconselhamento ou se encontre numa situação em que os seus direitos não estejam a ser respeitados. Descubra-os no fim do guia.



«Lançado em 1 de janeiro de 1993, o mercado único tem por base a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Hoje, mais do que nunca, o reforço do mercado único é o nosso maior trunfo, conferindo direitos e criando oportunidades para 500 milhões de pessoas e 22 milhões de empresas em toda a Europa. Estamos convictos de que este guia prático ajudará todos os europeus a tirar plenamente partido do mercado único.»

Michel Barnier, *comissário responsável pelo Mercado Interno e Serviços*

1. Procurar emprego no estrangeiro

Enquanto cidadão europeu, tem direito a trabalhar noutro país da UE sem necessitar de uma autorização de trabalho.

IGUALDADE DE TRATAMENTO

Um cidadão europeu que procura trabalho noutro país da UE tem os mesmos direitos que os nacionais desse país no que se refere ao acesso ao trabalho (com exceção de certos cargos no setor público), ao apoio dos serviços de emprego e a uma eventual ajuda financeira.

Para beneficiar de determinados tipos de ajuda financeira para encontrar trabalho, poderá ter de provar que tem um vínculo genuíno com o mercado de trabalho local.

OFERTAS DE EMPREGO NA EUROPA

Para se informar sobre ofertas de emprego noutros países da UE, consulte o portal EURES (serviços de emprego europeus): <http://ec.europa.eu/eures>

Em alguns países da UE, os nacionais da Roménia e da Bulgária ainda poderão necessitar de uma autorização de trabalho para trabalharem como assalariados, mas todas as restrições serão suprimidas até ao final de 2013.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Obtenha apoio para procurar trabalho no estrangeiro

Valdis é letão e decidiu procurar emprego na Finlândia, onde começou por se dirigir ao serviço de emprego local para consultar as ofertas de trabalho. Entretanto, inscreveu-se numa formação de um dia organizada por esse serviço para aprender a redigir um currículo eficaz a fim de maximizar as possibilidades de obter uma entrevista. Valdis tem direito a participar na formação nas mesmas condições que os cidadãos finlandeses.

Valdis começa então a enviar currículos a potenciais empregadores, vai a duas entrevistas, mas não é escolhido. O dinheiro começa a escassear e Valdis decide pedir uma prestação especial para candidatos a emprego, que visa facilitar o acesso das pessoas nesta situação ao mercado de trabalho.

Antes de tomarem uma decisão, as autoridades finlandesas avaliam o seu caso. As qualificações de Valdis, a duração da sua estadia e os esforços que fez para obter um emprego levam-nas a concluir que existe um vínculo genuíno com o mercado de trabalho local, pelo que decidem conceder-lhe a prestação.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



2. Receber o subsídio de desemprego no estrangeiro

Se estiver desempregado, pode obter ajuda para encontrar um emprego noutra país da UE.

PROCURAR TRABALHO NO ESTRANGEIRO

Se recebe prestações de desemprego e pretende procurar trabalho noutra país da UE, deve pedir uma autorização ao seu serviço de emprego (utilizando o documento U2 ou o antigo formulário E303) para poder continuar a receber as prestações de desemprego durante a estadia no estrangeiro. As autorizações são normalmente válidas durante um período de 3 meses, que pode ser prorrogado até um máximo de 6 meses.

Regra geral, antes de pedir a autorização, deve ter estado inscrito no serviço de emprego no país onde ficou desempregado durante, pelo menos, 4 semanas.

FORMALIDADES NO PAÍS DE ACOLHIMENTO

Para evitar qualquer interrupção no pagamento das prestações, é necessário apresentar a autorização e inscrever-se como candidato a emprego junto dos serviços de emprego do país para onde vai procurar trabalho num prazo de 7 dias a contar da data de saída do país onde ficou desempregado. Se não respeitar este prazo, as suas prestações só lhe serão pagas a partir da data da sua inscrição.

Uma vez inscrito, terá acesso aos serviços locais de apoio aos candidatos a emprego, o que implica cumprir as obrigações e submeter-se aos procedimentos de controlo do serviço de emprego local.

SE NÃO ENCONTRAR TRABALHO

Se não encontrar trabalho no prazo de 3 meses previsto na sua autorização, poderá solicitar uma prorrogação do mesmo por mais 3 meses, tendo, para o efeito, de apresentar um pedido ao serviço de emprego do país onde ficou desempregado antes do fim do prazo previsto na autorização inicial.

Se pretender manter o direito ao subsídio de desemprego durante um período mais longo, terá de regressar ao país onde ficou desempregado antes do fim do prazo previsto na autorização.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Certifique-se de que solicita a prorrogação do prazo inicial em tempo útil

João, português, decide ir para a Hungria, levando consigo um documento U2 (antigo formulário E303) para poder continuar a receber prestações de desemprego durante 3 meses, enquanto procura trabalho nesse país. Mas acaba por ficar mais tempo.

Quando regressa a Portugal, constata que perdeu o subsídio de desemprego. Para evitar que isto lhe aconteça, deve pedir uma prorrogação ao serviço de emprego do país onde ficou desempregado antes do fim do prazo de 3 meses previsto na autorização inicial.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

3. Reconhecer as qualificações profissionais

Enquanto cidadão europeu, tem direito a exercer a sua profissão noutro país da UE.

RECONHECIMENTO DAS QUALIFICAÇÕES

Se a sua profissão não estiver regulamentada no país de acolhimento, pode exercê-la nesse país nas mesmas condições que os respetivos nacionais, sem necessitar de obter o reconhecimento oficial das suas qualificações.

Se a sua profissão estiver regulamentada no país de acolhimento, poderá ter de obter o reconhecimento oficial das suas qualificações.

Se a sua profissão estiver regulamentada no país de acolhimento mas não no país de origem, poderá igualmente ter de provar que a exerceu no seu país de origem durante, pelo menos, 2 dos últimos 10 anos.

Informe-se sobre as regras aplicáveis à sua profissão e os pontos de contacto nacionais na nossa base de dados (http://ec.europa.eu/internal_market/qualifications/regprof).

CÓPIAS AUTENTICADAS DOS DOCUMENTOS

As autoridades podem exigir que apresente cópias autenticadas ou traduções dos principais documentos que acompanham o seu pedido de reconhecimento, por exemplo certificados que comprovam as suas qualificações. Se pretender exercer a profissão de arquiteto,

médico, dentista, parteira, enfermeiro, farmacêutico ou veterinário, o país de acolhimento pode exigir um certificado da autoridade competente do seu país que ateste que satisfaz as condições de formação mínimas europeias para exercer a profissão em causa.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Informe-se sobre as condições aplicáveis ao seu caso antes de começar a trabalhar

Mojca, uma enfermeira de cuidados gerais que obteve o diploma na Eslovénia, deseja trabalhar em Munique, na Alemanha. Em princípio, isso não deverá levantar qualquer problema, pois os enfermeiros de cuidados gerais beneficiam do reconhecimento automático das suas qualificações.

Todavia, Mojca não sabe a quem solicitar o reconhecimento das suas qualificações eslovenas. Decide então dirigir-se ao ponto de contacto alemão para o reconhecimento das qualificações profissionais, que lhe fornece o endereço da autoridade competente na Baviera e a ajuda a cumprir as formalidades administrativas necessárias.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



4. Pagar impostos

Se for residir para outro país e pagar os impostos nesse país, deve ser tratado da mesma forma que os cidadãos nacionais.

NÃO HÁ REGRAS SOBRE TRIBUTAÇÃO

A NÍVEL DA UE

Não existe legislação a nível da UE que determine de que forma os cidadãos europeus que residem e trabalham noutro país devem ser tributados sobre os rendimentos do trabalho. Esta matéria é regulada pela legislação nacional e pelos acordos bilaterais em matéria de dupla tributação aplicáveis. De qualquer forma, tem de ser tratado da mesma maneira que os nacionais do país de acolhimento que se encontrem numa situação equivalente à sua.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O país onde trabalha irá, regra geral, tributar o rendimento que obtém no território nacional. Se reside e paga impostos em países diferentes, o país de residência também poderá tributar o rendimento auferido no país onde trabalha.

Felizmente, a maioria dos países concluiu acordos em matéria de dupla tributação que permitem que o imposto pago num país seja tido em conta para efeitos do cálculo do imposto devido no outro.

RESIDÊNCIA FISCAL

Caso se mude para outro país onde passe mais de 6 meses por ano, poderá ser considerado residente para

fins fiscais nesse país, que poderá, assim, tributar a totalidade dos rendimentos que obtém no mundo inteiro.

Se passar menos de 6 meses por ano noutro país, continuará, regra geral, a ser considerado residente para fins fiscais no país onde normalmente reside. Nesse caso, no país onde trabalha apenas terá de pagar imposto sobre o rendimento auferido no mesmo.

IGUALDADE DE TRATAMENTO

Em relação ao imposto sobre o rendimento auferido no estrangeiro, deve normalmente beneficiar das mesmas deduções fiscais que os residentes locais.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Pode ter direito a deduções fiscais no seu país de trabalho, mesmo sobre as suas contribuições para fundos de pensão estrangeiros

Sven é sueco mas reside e trabalha como assalariado na Dinamarca, continuando a descontar para um fundo de pensões sueco, no âmbito de um contrato assinado antes da sua ida para a Dinamarca.

As autoridades dinamarquesas devem autorizar que Sven deduza os montantes em questão para efeitos do cálculo do imposto a pagar sobre o seu salário na Dinamarca, já que essa dedução é autorizada no caso de contribuições para os fundos de pensões dinamarquesas.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

5. Segurança social

No interior da UE, mesmo que trabalhe em mais de um país, apenas paga quotizações para a segurança social num deles. Regra geral, também só pode receber prestações de segurança social desse país.

PAÍS RESPONSÁVEL PELA COBERTURA DE SEGURANÇA SOCIAL

Em princípio, está coberto pela legislação do país onde trabalha como assalariado ou independente e é nesse país que tem de pagar as suas quotizações, independentemente do país onde reside ou onde se encontra estabelecida a sua entidade patronal.

O país onde trabalha é responsável pela sua cobertura de segurança social mesmo que resida noutro país da UE, de onde se desloca pelo menos uma vez por semana para o país onde trabalha.

Se ficou desempregado, deve inscrever-se no serviço de emprego e requerer as prestações de desemprego no país onde trabalhou pela última vez ou no seu país de residência se for trabalhador transfronteiriço.

DESTACAMENTOS DE CURTA DURAÇÃO

Para evitar mudanças frequentes em matéria de cobertura de segurança social, os destacamentos de curta duração pela entidade patronal são considerados uma exceção. Assim, continua coberto no país a partir do qual foi destacado durante um período máximo de 2 anos.

ISTO PODE ACONTECER-LHE

Se for destacado para outro país da UE, a sua cobertura de segurança social não muda

Karel é proprietário da empresa *Rainbow Painting* na República Checa e recebeu uma encomenda de trabalho no Luxemburgo, para um período de 2 meses. A empresa enviou seis pintores para fazerem o trabalho.

Se todas as condições do destacamento forem respeitadas, esses trabalhadores continuarão cobertos pela segurança social checa durante o período de trabalho no Luxemburgo.

A *Rainbow Painting* continua a ser o seu empregador, mesmo que temporariamente estejam sob a direção de outra empresa.

DESEMPREGADOS

Se recebe prestações de desemprego, está coberto pelo país que paga essas prestações.

Se não recebe prestações de desemprego e não está a trabalhar, está coberto pela legislação do país onde reside.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



6. Direitos de pensão

Se residiu e trabalhou em mais de um país da UE, pode ter acumulado direitos de pensão em cada um deles. Desde que preencha as condições nacionais aplicáveis, receberá uma pensão de cada um desses países, proporcional aos anos de trabalho prestado.

REQUERER UMA PENSÃO

Deve requerer a sua pensão junto das autoridades competentes do país onde reside. Se nunca trabalhou nesse país, deve contactar a autoridade competente do país onde trabalhou pela última vez. Esta funcionará como «instituição de contacto» com todas as autoridades competentes dos restantes países onde trabalhou para reconstituir a sua carreira contributiva.

Cada país verificará se satisfaz os requisitos nacionais para poder receber uma pensão de velhice. Esses requisitos, tais como a idade da reforma ou as contribuições pagas, diferem de país para país, mas as regras da UE exigem que, caso seja necessário, cada país tenha em conta a sua carreira contributiva nos outros países para completar o número mínimo de anos exigido para obter uma pensão.

Cada autoridade nacional informá-lo-á das decisões que tenha tomado sobre os seus direitos de pensão. Por último, a sua «instituição de contacto» enviar-lhe-á um resumo das decisões tomadas por todas as autoridades nacionais envolvidas.

RECEBER A PENSÃO DE REFORMA

NO ESTRANGEIRO

A sua pensão ser-lhe-á paga independentemente do país onde resida na Europa.

OUTRO TIPO DE PENSÕES

Em geral, as regras aplicáveis às pensões de invalidez e às pensões de sobrevivência por viuvez ou por orfandade são idênticas às aplicáveis às pensões de velhice.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Verifique os seus direitos de pensão em todos os países em que tenha trabalhado

No momento em que decidiu reformar-se, Regina residia na Alemanha, pelo que apresentou o seu pedido às autoridades alemãs. No entanto, embora tenha trabalhado na Alemanha durante a maior parte da sua vida (25 anos), também trabalhou 8 anos na Áustria.

A autoridade alemã competente em matéria de pensões, que é a «instituição de contacto» de Regina, dirigiu-se à autoridade competente austríaca. Embora na Áustria seja necessário trabalhar um mínimo de 10 anos para poder beneficiar de uma pensão, as autoridades austríacas devem ter em conta os anos em que Regina trabalhou na Alemanha.

Assim, Regina receberá uma pensão da Áustria e outra da Alemanha, proporcionais aos 8 e aos 25 anos, respetivamente, que trabalhou nesses países.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

7. Cuidados de saúde no estrangeiro

Ao abrigo da legislação da UE, pode receber tratamento médico noutro país da UE e ter eventualmente direito a ser reembolsado dos respetivos custos pelo organismo normalmente responsável pela sua cobertura médica.

CUIDADOS DE SAÚDE DURANTE

ESTADIAS CURTAS

Quer vá de férias, tratar de negócios ou estudar para outro país, antes de partir deve obter o cartão europeu de seguro de doença junto do organismo responsável pela sua cobertura médica.

Este cartão permite-lhe ter acesso aos cuidados de saúde do sistema público em caso de doença súbita ou de acidente durante a sua estadia noutro país da UE.

Se apresentar o seu cartão a um médico, dentista, hospital ou farmácia, receberá o tratamento necessário nas mesmas condições que os cidadãos nacionais.

Mesmo que não tenha o cartão consigo, tem direito a receber cuidados de saúde. Quando regressar ao seu país, pode solicitar o reembolso das despesas ao organismo responsável pela sua cobertura médica.

TRATAMENTO MÉDICO PROGRAMADO

Se tenciona receber tratamento médico no estrangeiro e desejar que o seu sistema de saúde cubra os custos, poderá ter de solicitar uma autorização prévia.

Se obtiver essa autorização prévia, normalmente não terá de pagar adiantadamente o tratamento. Deve informar-se sobre as condições precisas aplicáveis junto do organismo responsável pela sua cobertura médica antes da partida, pois os procedimentos e as taxas de reembolso podem ser diferentes.

A autorização não pode ser recusada se o tratamento necessário estiver coberto pela legislação do seu país de origem e as circunstâncias clínicas do seu caso não permitam esperar para receber tratamento nesse país.

Quando receber os cuidados de saúde programados no estrangeiro, deverá ser tratado da mesma forma que uma pessoa coberta pelo sistema de saúde do país onde é tratado.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Kirsti é estónia e está a passar uns meses na Lituânia para acabar os estudos.

Um dia, partiu o tornozelo numa aula de ginástica.

Para receber todos os cuidados de saúde necessários na Lituânia bastou apresentar o seu cartão europeu de seguro de doença e o bilhete de identidade.

Foi tratada na Lituânia como se descontasse para o sistema lituano e reembolsada à taxa aplicável no país.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



8. Estudar no estrangeiro

Enquanto cidadão europeu, tem direito a estudar em qualquer país da UE nas mesmas condições que os nacionais do país em causa.

ACESSO À UNIVERSIDADE

As regras de admissão ao ensino superior variam muito de país para país, mas, independentemente das restantes condições de acesso, não lhe pode ser recusado o acesso à educação ou formação profissional noutro país da UE com base na sua nacionalidade.

O conhecimento da língua nacional pode ser exigido, pelo que em alguns países poderá ser submetido a um teste de língua.

RECONHECIMENTO DOS DIPLOMAS

Não existe nenhum mecanismo de reconhecimento automático dos graus académicos a nível da UE. Se quiser estudar noutro país da UE, verifique previamente se o seu atual diploma será reconhecido e, em caso afirmativo, que equivalência lhe será dada.

Para questões relacionadas com o reconhecimento das suas qualificações para fins profissionais, consulte o capítulo 3.

PROPINAS E AJUDA FINANCEIRA

Se frequentar a universidade noutro país da UE, tem direito a pagar as mesmas propinas que os nacionais desse país.

A igualdade de tratamento não se aplica automaticamente às bolsas de subsistência e aos empréstimos.

Informe-se junto das autoridades nacionais para saber tem direito a obter ou a manter uma bolsa de subsistência do seu país de origem.

Enquanto cidadão europeu, se residir legal e ininterruptamente durante, pelo menos, 5 anos noutro país da UE, tem direito a uma bolsa de subsistência nas mesmas condições que os nacionais desse país.

Outra fonte de financiamento possível para cobrir despesas de estudos no estrangeiro é o programa Erasmus.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Tem direito a receber uma bolsa de estudo de um país onde reside há 5 anos

Elitsa é búlgara e vive em Paris desde os 12 anos. Elitsa gostaria de fazer um curso universitário em França, mas para tal precisa de uma bolsa.

Como reside no país há mais de 5 anos, tem efetivamente direito a receber uma bolsa de subsistência nas mesmas condições que os estudantes franceses.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



9. Fazer compras na Internet

A legislação da UE protege-o quando faz compras na Internet na Europa.

DEVOLUÇÃO DE PRODUTOS

NÃO DESEJADOS

Na UE, tem o direito de anular uma compra em linha até 7 dias úteis (no mínimo) a partir do dia em que recebe a sua encomenda. Este prazo passará para 14 dias em junho de 2014. Dentro desse período, pode decidir anular a sua encomenda por qualquer motivo, sem ter de apresentar qualquer justificação.

O vendedor deverá reembolsá-lo no prazo de 30 dias. O reembolso deve incluir as eventuais despesas de envio que tenha pago, mas os custos inerentes à devolução da encomenda ao vendedor ficam a seu cargo.

Estas regras não se aplicam à venda em linha de férias, viagens, hotéis ou espetáculos.

REPARAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES

E REEMBOLSOS

Quando faz uma compra em linha a um vendedor estabelecido na UE, beneficia de um período mínimo de 2 anos durante o qual pode exigir que o produto seja reparado ou substituído gratuitamente caso o produto esteja defeituoso ou não corresponda às características anunciadas. Se o produto não poder ser reparado nem substituído num prazo razoável ou sem inconvenientes, pode solicitar o respetivo reembolso ou uma redução do preço.

EM CASO DE NÃO ENTREGA

Ao abrigo das regras da UE, o produto que encomendou em linha deve ser-lhe entregue no prazo de 30 dias a contar da data de encomenda, salvo acordo em contrário com o vendedor. Se o produto que pagou não estiver disponível, o vendedor deve informá-lo e reembolsá-lo no prazo de 30 dias.

ISTO PODERIA ACONTECER-LHE

Tenha presente que as encomendas em linha devem ser entregues no prazo de 30 dias

Em meados de novembro, Andrej, que vive na Eslováquia, encomendou em linha uma caixa de vinho a um vendedor em Itália para a ceia de Natal. O Natal passou sem que o vinho tenha sido entregue.

De acordo com as regras da UE, como o produto não foi entregue no prazo de 30 dias, a venda é automaticamente anulada. Andrej tem direito a ser reembolsado pelo vendedor no prazo de 30 dias.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



10. Comprar ou vender um automóvel

É possível comprar ou vender um automóvel em qualquer país europeu e beneficiar das regras da UE em matéria de isenção e reembolso do IVA.

COMPRAR UM AUTOMÓVEL

NO ESTRANGEIRO

Se comprar um carro novo (ou seja, com menos de 6 000 km ou menos de 6 meses) noutro país da UE, não terá de pagar o IVA nesse país, mas terá de registar o carro e pagar o IVA no seu país de origem.

Se comprar um carro usado (ou seja, com mais de 6 000 km e mais de 6 meses) a um particular num país da UE, não tem de pagar IVA. Se o vendedor for um concessionário automóvel noutro país da UE, terá de pagar o IVA nesse país, mas não no seu país de origem.

Terá sempre de pagar o IVA na importação de um veículo, novo e usado, comprado fora do território da UE.

Independentemente do país onde comprar o carro, terá de pagar o imposto de registo automóvel (caso esse imposto exista) no seu país de origem.

VENDER UM AUTOMÓVEL

NO ESTRANGEIRO

Os vendedores particulares não têm de pagar IVA quando vendem um carro novo, mas se o comprador residir noutro país da UE e pretender levar o carro para esse país, terá de pagar o IVA no país em questão.

Nesse caso, poderá recuperar (junto das autoridades do seu país) o IVA inicialmente pago sobre o veículo, de forma a evitar que o IVA seja pago duas vezes sobre o mesmo veículo.

Caso se trate de um carro usado vendido por um particular, não há lugar a pagamento de IVA se o comprador residir noutro país da UE.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Recupere parte do IVA pago se vender um carro novo

Merete comprou um carro novo na Dinamarca por 20 000 euros, acrescidos de 5 000 euros de IVA (25%). Passados quatro meses, vendeu o carro (ainda considerado um carro novo para efeitos fiscais) ao Hagen por 16 000 euros.

Hagen vive na Áustria, para onde levou o carro, e pagou 3 200 euros de IVA às autoridades fiscais austríacas (a taxa de IVA na Áustria é 20%).

Enquanto vendedora, Merete tem direito a recuperar das autoridades dinamarquesas 4 000 dos 5 000 euros de IVA que pagou quando comprou o carro, o que corresponde ao montante que teria de pagar na Dinamarca por esta segunda transação.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

11. Direitos dos passageiros

Em caso de problemas em viagens internacionais de comboio ou de avião efetuadas com uma companhia europeia a partir de um país da UE ou que tenham como destino um país da UE a partir de um país terceiro, poderá ter direito a um reembolso, bem como a uma eventual indemnização.

VIAGENS DE AVIÃO

Em caso de recusa de embarque, de atraso superior a 5 horas, de cancelamento ou de excesso de reservas (*overbooking*), os passageiros podem optar entre o reencaminhamento para o destino final ou o reembolso do bilhete.

Consoante a distância e o atraso do voo, os passageiros têm também direito a bebidas, refeições e serviços de comunicação (chamadas telefónicas gratuitas, por exemplo), bem como a alojamento.

De igual modo, em caso de recusa de embarque, cancelamento ou chegada ao destino com mais de 3 horas de atraso, os passageiros poderão ter direito a uma indemnização entre 125 e 600 euros, sob determinadas condições e em função da distância de voo.

VIAGENS DE COMBOIO

Se o comboio tiver mais de 1 hora de atraso, poderá exigir o reembolso do bilhete, prosseguir viagem no mesmo comboio ou optar por um transporte alternativo.

Se decidir viajar no mesmo comboio, tem direito a uma indemnização de 25 % ou 50 % do preço do bilhete, exceto se o atraso se dever a circunstâncias fora do controlo da empresa ferroviária.

VIAGENS DE FERRY E DE AUTOCARRO

No futuro, quando viajar de autocarro ou de *ferry*, terá direitos idênticos aos dos passageiros aéreos e ferroviários.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Não hesite em pedir o reembolso/indemnização a que tem direito

Stefania tinha previsto viajar de avião de Roma para Nicósia por motivos profissionais, mas o voo teve um atraso de 6 horas, o que a impediu de assistir à conferência em que estava inscrita. Stefania decidiu, portanto, pedir uma indemnização.

Para obter o reembolso total do preço do bilhete, Stefania deve preencher um formulário de reclamação europeu (disponível no aeroporto ou no sítio Internet da companhia aérea) e enviá-lo à companhia em causa. Se o atraso não se dever a circunstâncias excecionais, também tem direito a uma indemnização. Em contrapartida, a companhia não é responsável por outros custos como, por exemplo, as despesas de inscrição na conferência à qual não pôde assistir.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



12. Chamadas móveis mais baratas

Quando utiliza o telemóvel noutro país da UE, existe um limite máximo para a tarifa que o seu operador lhe pode cobrar.

PREÇOS MÁXIMOS APLICÁVEIS A CHAMADAS, SMS E DESCARREGAMENTO DE DADOS

	1 de julho de 2012	1 de julho de 2013	1 de julho de 2014
Chamadas efetuadas (por minuto)	29 cêntimos	24 cêntimos	19 cêntimos
Chamadas recebidas (por minuto)	8 cêntimos	7 cêntimos	5 cêntimos
SMS enviados	9 cêntimos	8 cêntimos	6 cêntimos
Dados (por MB)	70 cêntimos	45 cêntimos	20 cêntimos

Os preços indicados não incluem IVA e correspondem aos preços máximos autorizados. Os operadores podem oferecer tarifas mais baixas: esteja atento às melhores ofertas! Os preços máximos indicados aplicam-se a todos os utentes, exceto aos que tenham optado por um pacote especial proposto pelo respetivo operador.

Para proteger os consumidores contra faturas excessivas a pagar pela transmissão de dados em *roaming*, o volume de dados descarregados num dispositivo móvel está limitado a um valor correspondente a 50 euros em qualquer parte do mundo, exceto se for acordado um limite diferente com um operador.

NOTIFICAÇÃO DOS PREÇOS

O seu operador deve enviar-lhe uma mensagem SMS sempre que atravessa uma fronteira dentro da UE informando-o do preço a pagar para efetuar e receber chamadas, dados ou serviços SMS.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Evitar as faturas astronómicas

Aniko, uma cidadã húngara, comprou um telemóvel inteligente onde utiliza muitas aplicações, tais como serviços de difusão de música, redes sociais para manter o contacto com os amigos e programas de cartografia *web* para localizar restaurantes.

Aniko foi de férias para a Grécia e esqueceu-se de desativar as atualizações automáticas no telemóvel. Felizmente, agora já não tem de se preocupar com o risco de receber uma fatura astronómica por mera distração. De facto, a menos que tenha acordado outras condições com o seu operador, o custo da transmissão de dados em *roaming* é automaticamente limitado a 50 euros (sem IVA).



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

13. Pagamentos, contração de empréstimos e investimentos

As regras europeias protegem os consumidores que transferem dinheiro para qualquer país da UE.

PAGAMENTOS NO ESTRANGEIRO

Quando se trata de um pagamento em euros, as transações dentro da UE estão sujeitas aos mesmos encargos que as transações nacionais.

Esta regra aplica-se às transferências entre contas bancárias localizadas em dois países diferentes, aos levantamentos em caixas automáticas noutros países da UE e aos pagamentos com cartão de débito ou de crédito na UE.

As empresas ou administrações que aceitem transferências em euros no seu país devem aceitar também pagamentos em euros a partir do estrangeiro.

Do igual modo, as empresas ou administrações que fazem habitualmente transferências em euros no seu país devem estar aptas a fazê-lo também para contas em euros noutros países da UE (por exemplo, para pagar salários, pensões ou reembolsos de produtos comprados em linha).

LEVANTAR DINHEIRO NO ESTRANGEIRO

Quando viaja para outro país da UE, o montante máximo que pode levar consigo sem ter de o declarar é 10 000 euros.

Para montantes superiores a 10 000 euros, deve contactar a administração aduaneira do seu país para se informar sobre as regras nacionais aplicáveis.

GARANTIA DE DEPÓSITOS

Na UE, os depósitos bancários estão cobertos até 100 000 euros (ou até um montante equivalente, em

países que utilizam uma moeda diferente). Esta medida de proteção é aplicável por depositante e por grupo bancário.

CONTRAIR EMPRÉSTIMOS E INVESTIR

Enquanto particular, pode contrair um empréstimo de crédito ao consumo em qualquer país da UE. As regras em vigor na UE em matéria de publicidade e de informação prévia permitem comparar facilmente diferentes ofertas. Se mudar de ideias, pode rescindir um contrato de empréstimo a qualquer momento, no prazo de 14 dias após a data de assinatura.

Pode comprar e vender ações e outros produtos financeiros em toda a UE, beneficiando do mesmo nível de proteção que teria no seu próprio país. Se comprar serviços financeiros através da Internet, tem direito a rescindir o contrato sem penalizações durante um período de, pelo menos, 14 dias.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

É possível receber pagamentos em euros por depósito numa conta localizada noutro país da UE

Marijke, que vive na Bélgica e trabalha nos Países Baixos, pretende que o seu salário seja diretamente transferido para a sua conta belga. O seu empregador neerlandês não pode recusar-se a fazê-lo.

Marijke também pode pagar faturas de serviços públicos e impostos locais relativos à sua casa de férias em Espanha através da sua conta belga.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



14. Criar e expandir uma empresa

Qualquer pessoa tem o direito de exercer uma atividade comercial em qualquer país da UE.

COMÉRCIO TRANSFRONTEIRAS

Enquanto proprietário de uma empresa, pode vender produtos e prestar serviços em qualquer país da UE nas mesmas condições que uma empresa local. Também pode estabelecer uma sucursal da sua empresa noutro país da UE.

Se exercer uma atividade no setor dos serviços, consulte também o capítulo 17.

CRIAR UMA NOVA EMPRESA

NO ESTRANGEIRO

É possível criar uma empresa em qualquer país da UE nas mesmas condições e segundo as mesmas regras aplicáveis aos nacionais do país em causa, por exemplo no que se refere à obrigatoriedade de respeitar os códigos deontológicos e de obter as autorizações necessárias.

OBTER AJUDA PARA EXPANDIR A

SUA ATIVIDADE NO ESTRANGEIRO

Deve começar por contactar a Enterprise Europe Network (rede europeia de empresas) (<http://www.enterprise-europe-network.ec.europa.eu>), que o pode pôr em contacto com uma das 580 organizações de apoio às empresas estabelecidas em todos os países da UE e prestar-lhe ajuda e aconselhamento para iniciar a sua atividade no país onde tenciona fazê-lo.

Também pode obter aconselhamento junto de empresários experientes:

- o programa Erasmus para Jovens Empresários pode ajudá-lo a encontrar um estágio junto de um empresário que o acolherá noutro país da UE por um período máximo de 6 meses (<http://www.erasmus-entrepreneurs.eu>);
- a Rede Europeia de Mentores para Empresárias presta aconselhamento a empresas de mulheres e dirigidas por mulheres (http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/promoting-entrepreneurship/women/national_contacts_en.htm).

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Encontrar um parceiro comercial para expandir a sua atividade

Mark, um criador de *software* britânico, criou uma empresa para desenvolver guias da natureza digitais para ajudar os amantes da natureza a identificar espécies de árvores utilizando aplicações para *tablets* e telemóveis inteligentes.

Mark necessita de parceiros que possam fornecer-lhe conteúdos especializados para as suas aplicações. Por isso, dirigiu-se à Enterprise Europe Network, que o pôs em contacto com uma empresa de consultoria no setor dos média especializada em questões científicas, estabelecida em França. As duas empresas decidiram congregar esforços, tendo desenvolvido desde então uma série de aplicações de renome.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

15. Financiar uma empresa

Enquanto empresário europeu, tem acesso a fontes de financiamento para a sua empresa.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Enquanto proprietário de uma empresa na UE, pode contrair um empréstimo bancário em qualquer país da UE. Os bancos podem recusar o pedido por motivos comerciais, mas não com base na sua nacionalidade.

ANGARIAR CAPITAL NO ESTRANGEIRO

Existem várias possibilidades:

- vender participações da sua empresa noutros países da UE;
- criar uma empresa noutro país da UE e comprar e vender o respetivo capital;
- comprar e vender ações de uma empresa de outro país da UE.

FINANCIAMENTO DA UE

Pode ter necessidade de apoio financeiro para desenvolver a sua empresa. Existem alguns programas de financiamento geridos a nível central pela UE, por exemplo nos domínios dos transportes, do ambiente ou da investigação.

A UE também concede apoio a nível local, através dos fundos estruturais. Para solicitar este tipo de subvenções, dirija-se à autoridade de gestão nacional.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Obter financiamento europeu para a sua empresa

Petteri é finlandês e precisa de financiamento para desenvolver a sua nova aplicação para telemóveis inteligentes. Petteri consegue angariar uma parte do capital na Finlândia mas, através de colegas do meio, soube da existência de uma sociedade de capital de risco privado em Londres que lhe oferece mais financiamento em troca de uma participação no negócio.

Ficou também a saber que, se desenvolver o produto na vizinha Estónia e na Polónia, poderá beneficiar de fundos da UE. A sua candidatura foi aceite e Petteri dispõe agora de uma base financeira sólida para desenvolver a sua atividade.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



16. Comprar e vender produtos

A maior parte dos produtos podem ser comprados e vendidos livremente em toda a UE, sem requisitos específicos ou outros obstáculos.

REGRAS À ESCALA DA UE PARA A MAIOR

PARTE DOS PRODUTOS

A grande maioria dos produtos comercializados no mercado da UE são objeto de regras comuns a nível europeu que estabelecem normas elevadas de segurança para os consumidores e o ambiente. Essa regulamentação aplica-se a máquinas, automóveis, brinquedos, dispositivos médicos, produtos químicos, equipamento de radiocomunicações, têxteis, equipamento elétrico e muitos outros produtos manufaturados.

RECONHECIMENTO MÚTUO

Relativamente aos produtos não sujeitos a essas regras (por exemplo, artigos em metais preciosos ou certos produtos de construção), cada país da UE define os seus próprios níveis de segurança. Nestes casos, é aplicável o princípio do «reconhecimento mútuo»: um produto que esteja autorizado para venda num país da UE pode ser comercializado em qualquer outro país da UE.

Para verificar quais são as regras aplicáveis ao seu produto, consulte o ponto de contacto para produtos no país em causa (<http://ec.europa.eu/enterprise/intsub/a12>).

SEGURANÇA DOS PRODUTOS

Enquanto fabricante, distribuidor ou importador de produtos, deve respeitar um certo número de obrigações para garantir a qualidade e a segurança dos mesmos. Assim, deve indicar a sua denominação comercial/marca e endereço no produto ou na respetiva embalagem, fornecer instruções e informações de segurança e pagar uma indemnização por eventuais danos causados por produtos defeituosos.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Pode comercializar os seus produtos noutros países da UE

Conor é dono de uma empresa de dispositivos médicos de medição estabelecida na Irlanda e pretende expandir a sua atividade em Malta. A empresa já vende legalmente os seus produtos na Irlanda e noutros países da UE.

Inicialmente, as autoridades maltesas não autorizaram a comercialização dos produtos em causa no mercado nacional e exigiram ensaios adicionais. No entanto, em conformidade com as regras da UE, acabaram por ter de aceitar a sua comercialização.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



17. Prestar serviços no estrangeiro

É possível prestar serviços em qualquer país da UE.

PRESTAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS

Pode prestar temporariamente serviços noutra país da UE sem ter de abrir uma sucursal nesse país. Só podem ser impostas restrições em circunstâncias muito específicas, se se justificarem por motivos de ordem pública, de segurança, de saúde ou de proteção do ambiente.

Também pode prestar serviços em linha. Se preencher os requisitos do seu país de origem, os outros países da UE não podem, geralmente, impor quaisquer requisitos adicionais.

ABRIR UMA SUCURSAL

Pode abrir uma sucursal da sua empresa noutra país da UE caso pretenda prestar serviços a título permanente nesse país (ver capítulo 14).

BALCÕES ÚNICOS

Foram criados «balcões únicos» em cada país da UE, junto dos quais se pode informar sobre as regras e formalidades a cumprir e efetuar em linha as formalidades administrativas necessárias (http://ec.europa.eu/internal_market/eu-go).

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Prestar serviços no estrangeiro como se fosse no seu próprio país

Radu tem uma empresa em Bucareste que presta serviços domésticos e de porteiro. Depois de ter trabalhado para um cliente francês, Radu decidiu prestar serviços idênticos em Paris.

No início, o trabalho era feito por intermédio da sua empresa romena, mas, com o crescimento do negócio, Radu recorreu ao balcão único em França para o ajudar a abrir uma sucursal no país.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



18. Imposto sobre as sociedades

Se exercer uma atividade comercial transfronteiras, está protegido contra um eventual tratamento fiscal discriminatório.

FISCALIDADE DAS EMPRESAS

Cada um dos países da UE é inteiramente responsável pelos respetivos regimes fiscais, mas não podem impor um tratamento fiscal discriminatório às empresas de outros países da UE.

Em princípio, deve pagar o imposto sobre as sociedades no país onde a sua empresa está estabelecida. Se a sua empresa for uma sociedade unipessoal, também terá de pagar o imposto sobre o rendimento no país onde exerce a sua atividade.

As regras da UE em vigor visam evitar a dupla tributação dos juros, direitos de autor e pagamentos de dividendos entre empresas associadas e estabelecidas em diferentes países da UE ou no âmbito da reestruturação de uma empresa com ativos em vários países da UE.

IVA

A UE facilita o exercício de uma atividade comercial transfronteiras mediante a adoção de regras uniformes em matéria de IVA, apesar de cada país dispor de uma certa flexibilidade para fixar as taxas do IVA.

Se a sua empresa pagar IVA num país da UE onde não estabeleceu a sua atividade, tem direito a reclamar o IVA cobrado nesse país. Foi criado um procedimento inteiramente eletrónico para garantir um tratamento célere do seu pedido.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Pagará imposto no país onde exerce a maior parte da sua atividade

Max e o irmão gerem uma empresa de pintura e decoração no Luxemburgo. Uma vez que também pintam casas de clientes privados na Bélgica e em França, não sabem bem onde devem pagar o imposto sobre as sociedades.

Como exercem grande parte da sua atividade no Luxemburgo e não têm nenhum estabelecimento noutra país, deverão pagar o imposto sobre o rendimento no Luxemburgo.

Terão de se registar para efeitos de IVA e pagar este imposto em todos os países onde prestem serviços. Em cada um desses países, podem, porém, reclamar o IVA pago sobre as compras que efetuaram (tintas, equipamento, etc.).



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

19. Direitos de propriedade intelectual

Os direitos de propriedade intelectual (DPI) protegem as criações e atividades comerciais na UE.

DIREITOS DE AUTOR

Se criar uma obra original (obra literária ou artística, composição musical, programa de televisão ou informático, base de dados, anúncio publicitário, etc.), beneficiará automaticamente da proteção dos direitos de autor em toda a UE, sem ter de proceder a qualquer registo formal.

MARCAS E PATENTES

Se registar direitos sobre uma marca, desenho ou modelo junto do Instituto de Harmonização no Mercado Interno (IHMI), esses direitos ficarão protegidos em toda a UE.

Ao não ter de proceder a um registo em cada país, estará a poupar tempo e dinheiro.

Pode apresentar um pedido de patente nacional junto do instituto nacional de patentes do seu país ou um pedido de patente europeia junto do Instituto Europeu de Patentes. Atualmente, as patentes europeias ainda têm de ser validadas em todos os países onde beneficiam de proteção.

Os produtos agrícolas ou géneros alimentícios podem beneficiar de proteção ao abrigo de sistemas de qualidade especiais da UE («denominação de origem protegida» ou «indicação geográfica protegida»). Para o efeito, a qualidade ou as características principais dos produtos em causa tem de derivar da sua origem geográfica.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS EM LINHA

Poderá confrontar-se com situações de violação dos seus direitos de propriedade intelectual, especialmente na Internet.

Os intermediários, como os fornecedores de serviços Internet, não são responsáveis se não tiverem conhecimento de eventuais atividades ilegais.

Em caso de violação manifesta, as regras da UE ajudam-no a proteger e a fazer valer os seus direitos de propriedade intelectual.

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Registe a sua marca para a proteger

Agnieszka é polaca e desenvolveu um novo *software* que pretende vender em toda a UE. Alguns dos seus direitos de propriedade intelectual já estão protegidos, uma vez que o código-fonte foi exclusivamente criado por si (direitos de autor).

Agnieszka está a desenvolver simultaneamente uma marca própria, que pretende proteger como marca registada. Um simples registo junto do IHMI confere-lhe automaticamente essa proteção em todos os países da UE.

Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?



20. Participar em concursos públicos

Em regra, as empresas estabelecidas na União Europeia podem participar em concursos públicos de outros países da UE.

CONCORRER EM PÉ DE IGUALDADE COM

OS CONTRATANTES NACIONAIS

As autoridades públicas devem certificar-se de que a sua empresa e outros proponentes de países da UE beneficiam das mesmas condições de acesso aos mercados dos respetivos países e que todas as propostas são tratadas equitativamente.

A sua proposta será avaliada através de um procedimento uniforme a aplicar por todas as autoridades públicas em toda a UE. A proposta da sua empresa será, assim, avaliada em pé de igualdade com as grandes empresas concorrentes.

Consoante o país em causa, será, em geral, convidado a apresentar vários certificados e atestados. Pode informar-se sobre os documentos necessários através do sistema eCertis, um sistema gratuito de informação em linha da UE (<http://ec.europa.eu/markt/ecertis/login.do>).

OBTER INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS

No sítio *web* do Diário Eletrónico dos Concursos (<http://ted.europa.eu>), pode obter informações sobre os contratos públicos de fornecimento e de prestação de serviços de valor superior a 130 000 euros e os contratos de execução de obras de valor superior a 5 milhões de euros.

É possível consultar nesse sítio todos os concursos públicos europeus no âmbito dos quais são aceites propostas provenientes de qualquer país da UE.

Também pode apresentar propostas conjuntas com outras empresas (ou seja, em parceria ou consórcio), o que lhe permitirá participar em concursos para adjudicação de contratos de valor mais elevado. Alguns contratos são também divididos em subcontratos de menor dimensão («lotes»), que poderão ser mais atractivos para as empresas mais pequenas.

Para mais informações sobre a adjudicação de contratos públicos da UE, consulte o SIMAP (<http://simap.europa.eu>).

ISTO PODIA ACONTECER-LHE

Apresentar propostas para concursos públicos na Europa

Miguel gere uma empresa em Vigo que constrói bases de cimento para centrais de energia elétrica em Espanha. Miguel, que tinha ouvido dizer que podia concorrer à adjudicação de contratos públicos na Alemanha, viu o anúncio de um concurso público para a construção de uma central de energia solar em Baden-Württemberg.

Para adquirir as competências e capacidades suplementares de que necessita para obter o contrato, a empresa do Miguel constituiu um consórcio com mais duas empresas, uma espanhola e outra portuguesa. A proposta apresentada foi considerada interessante pelas autoridades de Baden-Württemberg e o contrato acabou por ser adjudicado ao consórcio.



Precisa de ajuda?
Deseja obter
mais informações?

Defender os seus direitos e obter reparação

O que acontece se tiver problemas ao tentar exercer os seus direitos na UE? São seguidamente indicados diversos serviços que o podem ajudar a encontrar uma solução ou a obter reparação.

ACONSELHAMENTO ESPECIALIZADO

Se pretende saber exatamente que direitos lhe assistem na UE numa dada situação, contacte «A sua Europa — Aconselhamento». Um consultor jurídico dar-lhe-á uma resposta personalizada no prazo de uma semana e, se necessário, indicar-lhe-á outros serviços de apoio.

<http://ec.europa.eu/citizensrights/>

MEDIAÇÃO JUNTO DAS AUTORIDADES

NACIONAIS

Se tiver problemas para conseguir que uma administração pública de outro país reconheça os seus direitos na UE, contacte o Solvit, cujo pessoal, proveniente das administrações nacionais, atuará como mediador para encontrar uma solução no prazo de dez semanas.

<http://solvit.eu>

ACONSELHAMENTO E VIAS DE RECURSO

DOS CONSUMIDORES

Em caso de problemas com um produto ou um serviço comprado noutro país da UE, nomeadamente na Internet, contacte um Centro Europeu do Consumidor, cujos especialistas locais lhe prestarão aconselhamento e assistência para resolver o litígio com o vendedor. Se não for possível chegar a um acordo amigável, o Centro deverá

propor sistemas alternativos de resolução de litígios (RAL), incluindo procedimentos de resolução de litígios em linha (ODR), que constituem meios de recurso extrajudiciais eficazes à disposição dos consumidores.

<http://ec.europa.eu/consumers/ecc>

APRESENTAR UMA DENÚNCIA

À COMISSÃO EUROPEIA

Se considerar que um Estado-Membro não está a cumprir a legislação da UE, pode apresentar uma denúncia à Comissão Europeia, que, depois de a analisar, poderá solicitar ao país em causa que altere a respetiva legislação.

http://ec.europa.eu/eu_law/your_rights/your_rights_forms_pt.htm

PETIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU

Pode apresentar uma petição ao Parlamento Europeu sobre uma questão relacionada com a UE que lhe diga diretamente respeito. Apesar de não ter competência para resolver diretamente a questão, o Parlamento Europeu pode chamar a atenção para o assunto e exercer pressão sobre os responsáveis.

<https://www.secure.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/petition.html>

Comissão Europeia

A sua Europa, os seus direitos — Guia prático sobre os direitos e as oportunidades dos cidadãos e das empresas no mercado único da UE

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

2012 — 24 p. — 21 x 14,85 cm

ISBN 978-92-79-23616-7

doi:10.2780/46962

A sua Europa

<http://europa.eu/youreurope>



Serviço das Publicações

ISBN 978-92-79-23616-7



doi:10.2780/46962